



POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL: ENTRE RANÇOS E AVANÇOS

PUBLIC POLICIES ON INCLUSION AND SPECIAL EDUCATION: BETWEEN RANCES AND ADVANCES

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSIÓN Y EDUCACIÓN ESPECIAL: ENTRE RANGOS Y AVANCES

Hanny Angélica Juliana de Melo¹, Débora Araújo Leal²

e4104129

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i10.4129>

PUBLICADO: 10/2023

RESUMO

Este artigo visa trazer a Educação Inclusiva fundamentada no princípio de que todo ser humano tem o direito de estudar em uma escola regular. A metodologia adotada foi a qualitativa de cunho bibliográfico e documental. Como objetivo geral, traçou-se: analisar como a Legislação Educacional vigente pode contribuir para a garantia do acesso e permanência dos educandos com Necessidades Educativas Especiais ou com deficiência no Ensino Regular. Como objetivos específicos: Elencar histórias de inclusão e superação presentes na sociedade contemporânea; verificar como tem sido o desafio da garantia de acesso e permanência no contexto educacional; refletir sobre a Prática docente no contexto da inclusão. Os profissionais da área da educação devem ser qualificados para saberem agir diante desses alunos, tornando-os seres pertencentes ao ambiente, transformando a mentalidade dos demais alunos e ressaltando quão importantes e capazes eles são, dentro de suas limitações, rompendo a malha da injustiça. Alunos humanizados serão capazes de proporcionar uma educação verdadeiramente inclusiva, desenvolvendo uma sociedade mais civilizada.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva. Sociedade. Professores. Alunos Especiais.

ABSTRACT

This article aims to bring Inclusive Education based on the principle that every human being has the right to study in a regular school. The methodology adopted was the qualitative one of bibliographic and documentary nature. As a general objective, it was outlined: to analyze how the current Educational Legislation can contribute to the guarantee of access and permanence of students with Special Educational Needs or with disabilities in Regular Education. As specific objectives: List stories of inclusion and overcoming present in contemporary society; to verify how the challenge of guaranteeing access and permanence in the educational context has been; reflect on teaching practice in the context of inclusion. Professionals in the area of education must be qualified to know how to act before these students, making them beings belonging to the environment, transforming the mentality of other students and emphasizing how important and capable they are, within their limitations, breaking the mesh of injustice. Humanized students will be able to provide a truly inclusive education, developing a more civilized society.

KEYWORDS: Inclusive education. Society. Teachers. Special Students.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo llevar la Educación Inclusiva basada en el principio de que todo ser humano tiene derecho a estudiar en una escuela regular. La metodología adoptada fue la cualitativa de carácter bibliográfico y documental. Como objetivo general, se esbozó: analizar cómo la Legislación Educativa vigente puede contribuir a la garantía de acceso y permanencia de estudiantes con Necessidades Educativas Especiales o con discapacidad en la Educación Regular. Como objetivos específicos: Enumerar historias de inclusión y superación presentes en la sociedad contemporánea;

¹ Mestra em Educação, Professora da Rede Municipal de Ensino de Novo Gama- GO.

² Pós - Doutora pelo Instituto Universitário Italiano de Rosário IUNIR-AR, Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Feira de Santana – BA, Reitora da Educaler University – USA.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL: ENTRE RANÇOS E AVANÇOS
Hanny Angélica Juliana de Melo, Débora Araújo Leal

verificar cómo ha sido el desafío de garantizar el acceso y la permanencia en el contexto educativo; reflexionar sobre la práctica docente en el contexto de la inclusión. Los profesionales del área de la educación deben estar capacitados para saber actuar ante estos estudiantes, convirtiéndolos en seres pertenecientes al entorno, transformando la mentalidad de otros estudiantes y enfatizando lo importantes y capaces que son, dentro de sus limitaciones, rompiendo la malla de la injusticia. Los estudiantes humanizados podrán proporcionar una educación verdaderamente inclusiva, desarrollando una sociedad más civilizada.

PALABRAS CLAVE: Educación inclusiva. Sociedad. maestros Estudiantes Especiales.

INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objetivo trazer a Educação Inclusiva fundamentada no princípio de que todo o ser humano tem o direito de estudar em uma escola regular, sendo respeitado em sua diversidade, onde com uma mudança de postura e atitudes se faça presente a aceitação das diferenças. Na metodologia lançamos mão da pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, documental e estudo de caso. Para que haja essa transformação se faz necessário o conhecimento, pois só se transforma algo quando o ser passa a assimilar de forma consciente o objeto estudado.

A garantia do acesso, permanência e a aprendizagem dos educandos com Necessidades Educativas Especiais, tem sido um desafio para o ensino regular, cujo direcionamento foi a garantia do acesso, permanência e aprendizagem. Isto possibilitou discussões relevantes para reflexão das práticas pedagógicas docentes e ações desenvolvidas no âmbito da escola regular para assegurar o direito dos educandos de participarem e aprenderem de forma significativa.

Nesse sentido, lançou-se a seguinte problemática: De que maneira a Legislação Educacional vigente pode contribuir para a garantia do acesso e permanência dos educandos com Necessidades Educativas Especiais ou com deficiência no Ensino Regular? Como objetivo geral traçou-se: Analisar se a Legislação Educacional vigente pode contribuir para a garantia do acesso e permanência dos educandos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) ou com deficiência no ensino regular. Como objetivos específicos: Elencar histórias de inclusão e superação presentes na sociedade contemporânea; verificar como tem sido o desafio da garantia de acesso e permanência no contexto educacional goiano; refletir sobre a prática docente no contexto da inclusão.

Ao longo desta pesquisa foi constatado que existem várias leis, decretos e diretrizes elaboradas para garantir a inclusão dos educandos com necessidades educativas especiais. E, apesar do avanço das matrículas dos educandos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) no ensino regular, ainda é muito evidente a prática de exclusão escolar, pois o que tem acontecido é a garantia do acesso, no entanto, a permanência e a aprendizagem não têm sido efetivadas, e isso é devido às barreiras atitudinais, que são as que mais contribuem para a exclusão. Assim, fica evidenciado que existem muitas lacunas, as quais são como um hiato entre o discurso e o que acontece de fato na prática, no âmbito do contexto educacional da escola pesquisada.

A educação inclusiva tem como uma de suas vantagens o destaque de novas possibilidades para a intervenção educativa, promovendo o encontro com as pessoas com e sem Necessidades



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL: ENTRE RANÇOS E AVANÇOS
Hanny Angélica Juliana de Melo, Débora Araújo Leal

Educativas Especiais (NEE), percebendo que as mudanças são necessárias e perpassam ao nível das questões acerca do Projeto Político Pedagógico as quais não contemplam ações para Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, as práticas educativas, metodologias e recursos utilizados pelos docentes, as quais exigem prioridade nos discursos éticos sobre as possibilidades e os limites do que se considere ensinar e aprender.

Faz-se necessário entender que para acontecer a efetivação da educação inclusiva é preciso uma articulação entre o gestor público, secretária de educação, diretores, coordenadores e família para que compreendam o significado do que seja inclusão e de que forma acontece esse processo. Além de monitorar de que forma as políticas públicas, na perspectiva inclusiva, estão de fato sendo efetivadas nas escolas públicas municipais. Nesta perspectiva, educação inclusiva precisa ser compreendida a partir do princípio da equidade, onde os direitos dos educandos com NEE sejam assegurados da mesma forma que os demais educandos.

É de fundamental importância a criação das Diretrizes da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva municipal para que a inclusão dos educandos com NEE sejam garantidas com responsabilidade, de modo que as barreiras sejam eliminadas, promovendo a participação mais ativa no processo ensino aprendizagem, tendo suas limitações respeitadas.

A comunidade escolar carece aprender que não existem duas educações, uma educação regular e uma outra educação especial, todavia, uma educação que atenda a todos com a obrigação de ensinar de forma igualitária, não esperando que os educandos com Necessidades Educativas Especiais se adaptem às normas estabelecidas pelo sistema educacional, mas que o lugar esteja transformado para promover o acesso, a permanência e o desenvolvimento de todos os educandos.

Garantir o direito à diferença é ensinar e permitir que a inclusão se efetive com responsabilidade, tornando-a acessível a todos, independente de cor, credo, posição social, deficiência e dificuldade de aprender, e sobretudo, a participação ativa dentro da sociedade.

Perante o exposto, a educação inclusiva é possível de acontecer com o apoio de toda a comunidade escolar e família, pois ambas tem papel importantes neste processo. Pressupõe-se que a educação inclusiva deva conhecer o aprendiz e suas características individuais, gerando discussões sobre as ações inclusivas que devem estar garantidas no Projeto Político Pedagógico (PPC) da escola. E que o PPC afiance a formação continuada dos docentes, primando assim pela qualidade do ensino e aprendizagem de todos.

Cabe aos educadores dirimir as diferenças e desigualdades, aproximando os educandos com necessidades educativas especiais e os “ditos normais”, permitindo vivências favoráveis a ambos. Uma vez que, no atual contexto não cabe mais aos docentes o discurso de não estarem preparados para trabalhar com os educandos com Necessidades Educativas Especiais.

A comunidade escolar, juntamente com a sociedade, precisa caminhar rumo a uma educação justa e igualitária que cumpra com os direitos sociais, culturais para todos, no entanto é necessário refletir sobre as propostas que parecem atender à igualdade de direito. A escola enquanto instituição que media a construção do conhecimento, precisa estar aberta para lidar com as diferenças



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL: ENTRE RANÇOS E AVANÇOS
Hanny Angélica Juliana de Melo, Débora Araújo Leal

oportunizando experiências novas que ajudarão no enriquecimento do aprendizado do educando com necessidades educativas especiais.

Os docentes e gestores, através dos depoimentos, elucidaram que o melhor para os educandos com NEE é estarem em escolas especializadas, porque aprenderiam mais. Essas colocações evidenciam o retrocesso na educação, isso significa voltar ao período da segregação, onde os educandos ficavam separados dos demais.

Vale dizer ainda que tal posicionamento nos remete a questionar sobre a forma como tem acontecido a inclusão dos educandos com NEE na escola regular. Lembrando que a inclusão não vai acontecer se não houver mudanças nas concepções tradicionais de entender o processo de desenvolvimento da aprendizagem o educando com NEE. Isto mostra que tem-se criado muros e não pontes, uma vez que, para que a educação inclusiva aconteça são necessárias pontes.

Neste aspecto, fica complicado dizer que a escola é inclusiva. O que se percebe é que a escola tem garantido o acesso, porém, a permanência e aprendizagem ainda têm sido oferecidas com muita dificuldade. O que evidencia é uma inclusão perversa, onde os educandos público-alvo da educação especial são mais um computa na matrícula. E qual a finalidade disso? Garantir mais dinheiro do FUNDEB, porquanto, segundo o Decreto nº 7611, esses indivíduos têm garantia de dupla matrícula, a da escola regular e do atendimento especializado.

Tal questionamento nos remete a uma reavaliação das práticas ditas inclusivas desenvolvidas no âmbito da escola regular, o que nos faz refletir sobre a forma como tem acontecido a inclusão no contexto educacional, salientando que só a garantia da matrícula não pode ser considerada como inclusão, pois perpassa pela garantia da permanência e aprendizagem do educando no ambiente educacional inclusivo.

Contudo, não é concebível dizer que a mera inserção educando público-alvo da educação especial qualifica uma escola como inclusiva, já que a inclusão busca a valorização desse sujeito de forma que seu desenvolvimento seja garantido de forma plena, conforme a Constituição Federal Brasileira prevê. Afinal, no atual cenário, o ideal é que sejam quebrados os paradigmas acerca da educação inclusiva.

Levando em consideração esses aspectos apresentados, acreditamos que, para que a educação inclusiva de fato aconteça, é preciso que ocorram modificações na proposta pedagógica da escola, com ações compartilhadas. A articulação com a especialista do atendimento educacional especializado, cujo objetivo é prover condições de acesso, participação e aprendizagem. Consideramos que o docente deve refletir sobre suas práxis, deixando a prática da educação transmissora sem olhar a deficiência, contudo, olhar para o sujeito e suas potencialidades.

1 O DESCORTINAR DA INCLUSÃO

O termo inclusão busca fundamentar a ideia de educação para todos e para cada criança no mundo, em que a escola deve ser um local de aprendizagem onde todo ser humano tem o direito de estar para se aprimorar enquanto indivíduo. A Educação inclusiva vem para garantir o direito a



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL: ENTRE RANÇOS E AVANÇOS
Hanny Angélica Juliana de Melo, Débora Araújo Leal

educação a todo cidadão, almejando uma igualdade de oportunidades, tornando real a valorização das diferenças entre os seres humanos, como as diversidades no âmbito intelectual, social, étnico, cultural, de gênero e físico, transformando dessa forma a cultura da sociedade como um todo, garantindo assim o direito ao acesso à educação a todos sem exceção (Ferreira, 1993).

A Educação inclusiva busca a igualdade, segundo coloca a autora Mantoan (2006), só haverá educação inclusiva quando houver mudanças, questiona o conceito integração e as organizações políticas da educação especial e do ensino regular, ela coloca que a inclusão “é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós”, ainda segundo a autora “a inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor que, por direito, ocupem seu espaço na sociedade.

Se isso não ocorrer, essas pessoas serão sempre dependentes e terão uma vida cidadã pela metade”. “Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”. Coloca também que “estar junto é se aglomerar com pessoas que não conhecemos. Inclusão é estar com, é interagir com o outro”. Ou seja, para se efetivar uma educação inclusiva, todos os personagens que fazem parte do processo têm que realmente interagir de forma real, fazendo parte da vida e do contexto social de todos.

Assim sendo, formar cidadãos conscientes, responsáveis, solidários, com virtudes, valores e ativos na sociedade é um grande desafio do ensino fundamental, este permeia pela aprendizagem, via leitura, escrita e cálculo, frente à compreensão do ser humano e suas ações, sistemas sociais e políticos na busca de alcançar os objetivos que lhe competem.

O Ensino Médio constitui-se a etapa final da educação básica, com uma duração mínima de três anos e com finalidades específicas. O Ensino Fundamental se apresenta como base, um pré-preparo para o então Ensino Médio, visto que nessa modalidade o educando dará continuidade dos estudos já vistos anteriormente, porém de maneira mais aprofundada. Além disso, o ensino médio, assim como o fundamental, traz esse viés de preparação para a cidadania. Essa nova etapa na vida do educando é de singular importância, visto que ele poderá compreender de forma detalhada os fundamentos dos processos-tecnológicos, dos processos de produção, estimulando-os a fazerem pesquisa científica e decisão quanto à profissão a seguir.

No que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos – EJA, essa modalidade está destinada àqueles alunos que não tiveram acesso ou por alguma razão não continuaram seus estudos no ensino fundamental e médio na idade própria (LDB, art.37). Nessa direção, a educação de Jovens e adultos será garantida de maneira gratuita, mediando uma programação e metodologia apropriada às características do alunado, visando seus interesses, condições de vida e de trabalho, através de cursos e exames.

A Educação Profissional não se apresenta como nível de ensino, mas um tipo de formação que se integra aos diferentes níveis e modalidades de educação, direcionadas especialmente ao trabalho, a ciência e a tecnologia. Nesse interim, a educação profissional deve ser desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL: ENTRE RANÇOS E AVANÇOS
Hanny Angélica Juliana de Melo, Débora Araújo Leal

Nessa perspectiva, como o próprio nome já sugere, a educação profissional é uma educação para uma profissão, ou seja, é um recurso a mais para o estudante que visa inserir-se no mercado de trabalho. Essa formação apresenta carga horária diferenciada, está articulada com o ensino médio e só é ofertada ao educando que tenha concluído o Ensino Fundamental ou estejam cursando o Ensino Médio.

No tocante a Educação Especial, esta está descrita dos artigos 58 a 60 da LDB, Lei 9.394/96, nos quais se entende por educação especial a modalidade de educação escolar ofertada preferencialmente na rede regular de ensino para pessoas com deficiência, sendo dever do Estado assegurar um ensino de qualidade desde a educação infantil, entre zero e seis anos. Esta é considerada uma modalidade de ensino transversal a todas as etapas e outras modalidades, a qual deve ser prevista no projeto político-pedagógico da escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, (1996, p. 34) diz o seguinte sobre essa modalidade de ensino:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem inícia faixa etária de zero a seis anos, durante a Educação Infantil.

A Educação Especial, ou educação para Pessoas com Deficiência, nomenclatura atual, deve ser ofertada a todos os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superlotação, cabendo às escolas organizar-se para esse atendimento, de maneira a garantir as condições para uma educação de qualidade a todos, considerando às necessidades educacionais específicas de cada indivíduo matriculado no ensino regular pautado em princípios éticos, políticos e legais.

Finalmente, ainda nesse eixo organizacional do ensino, a Educação a Distância, uma modalidade de ensino que não é nova no cenário nacional, mas somente nos últimos anos ganhou espaço e uma maior credibilidade entre as pessoas, tendo em vista que o avanço tecnológico viabiliza um ensino com qualidade e com resultados satisfatórios. Sem levar em conta a praticidade e flexibilidade que o aluno pode ter, fazendo o seu próprio horário de estudo e no conforto do seu lar. Aquele que pensa que o preconceito e a visão deturpada em relação àqueles que possuem algum tipo de deficiência é um tema atual, está redondamente enganado, esse tema vem desde a antiguidade. Em Esparta os “monstros” e os deformados eram lançados do Monte Taijeto.

Os romanos, em épocas mais remotas, agiam de maneira cruel, como afirmava Sêneca “Matam-se cães quando estão com raiva; exterminam-se touros bravos; cortam-se as cabeças das ovelhas enfermas para que as demais não sejam contaminadas, matamos os fetos e os recém-



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL: ENTRE RANÇOS E AVANÇOS
Hanny Angélica Juliana de Melo, Débora Araújo Leal

nascidos monstruosos, se nascerem defeituosos e monstruosos, afogamo-los, não devido ao ódio, mas à razão, para distinguirmos as coisas inúteis das saudáveis”. (Sêneca, *apud* Silva, 1986, p. 129)

O tão conhecido pelas suas atrocidades Adolf Hitler, na Segunda Guerra Mundial determinou a morte de todos os velhos e deficientes internados em manicômios e hospitais, pois dizia que os soldados feridos necessitavam daqueles lugares para sua recuperação. Em 1938, na Clínica da Universidade de Leipzig, uma avó pediu a Hitler que por misericórdia matasse a sua neta que nasceu cega e sem os braços, além dele ter aceitado prontamente a solicitação, mandou que criassem um programa que realizasse o mesmo procedimento a todas as situações semelhantes que aparecessem. Em busca da tão sonhada raça ariana, em 18 de agosto de 1939, Hitler obrigou que todos os recém-nascidos com algum tipo de deficiência fossem declarados e exterminados.

Nos anos 1960, na França, um médico chamado Catel falava que todos os dementes infantis deveriam ser mortos, pois dizia que eles se encontravam na escala abaixo dos animais dotados de alma, afinal estes só vegetavam e não esboçavam nenhuma reação mental. Os índios nativos do Brasil largavam seus filhos que nasciam com algum tipo de anomalia ou doenças incuráveis no meio da mata. Uma proposta lançada pela Ivone Yegor da Associação Francesa para a prevenção da Infância Diminuída (APEH) solicitava que fossem diminuídas a quantidade de meninos “anormais”, pois dizia que além de um peso para a nação, “os meninos diminuídos” e sua família eram infelizes.

Em um artigo publicado em 1944, no *Jornal Of Nervous and Mental Diseases*, revista americana o Dr. Franck Hinman afirmou que “a eutanásia deve ser aplicada não só aos incuráveis, mas também deverá estender-se a algumas categorias de indivíduos, tais como os seres inaptos à luta pela vida, isto é, aos idiotas, loucos, cretinos, psicopatas perigosos ou não, criminosos, delinquentes, monstros, anormais de todas as categorias, velhos decretos, em resumo, a todos aqueles que não são de alguma utilidade no mundo, e que reclamem cuidado sem permitirem qualquer esperança de melhoria”.

Quando os espanhóis chegaram a América aconteceu o fato de Montezuma (México) onde eram colocados em instalações diferentes mulheres e homens albinos, deformados, defeituosos, anões, corcundas e estes eram extremamente zombados e ridicularizados. Infelizmente, na atualidade ainda há seres com essa mentalidade, cientistas formulam medidas eugênicas em busca de uma seleção genética, procurando seres “perfeitos”, os eugenistas mais reacionários querem difundir a ideia da estetização obrigatória e até mesmo eliminar as pessoas que são hereditariamente deficientes, melhorando assim a raça humana (Leontiev: 1978, p. 289)

Segundo Pessotti (2013, p.56), “frequentemente na história dos povos, o medo do desconhecido tem gerado ansiedades cuja amenização é buscada na eliminação das fontes de incerteza (...). Os demônios eram expulsos com os acortes ou a fogueira. Agora que o perigo está no próprio deficiente é ele que se deve expulsar”. Como esses seres eram considerados uma aberração, eram julgados e condenados segundo a crença religiosa, pois sendo imperfeitos não eram condizentes com a imagem e semelhança de Deus.

Como a evolução faz parte do processo da educação, os estudos de natureza ideológica, científica e cultural progrediram e ao final da década de 1960 surgiu a Integração um marco inicial para



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL: ENTRE RANÇOS E AVANÇOS
Hanny Angélica Juliana de Melo, Débora Araújo Leal

a aceitação dos indivíduos no sistema educacional, mas infelizmente continha inúmeras falhas, com o tempo apareceu a busca pela escola para todos, os profissionais estão buscando sua capacitação para lidar de forma consciente, ativa e transformadora, sendo capazes de fazer a diferença na vida desses seres que já foram massacrados historicamente tornando realidade a educação e a escola inclusiva.

2 ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Com o tempo a Legislação brasileira foi incorporando inúmeros artigos que garantiam aos indivíduos com necessidades educativas especiais acesso aos espaços educacionais e sociais, mas se faz necessário que essa clientela seja realmente respeitada e atendida em suas necessidades.

Escassas contribuições no cenário educativo em relação a inclusão foram tragas pelas Leis 4.024/61 e 5672/71, pois somente era garantido o atendimento no ensino regular e quando precisassem seriam atendidos em turmas especiais dentro da própria instituição, os alunos eram avaliados e recebiam o diagnóstico por professores sem especialização e infelizmente as crianças levavam esse falso diagnóstico e eram estereotipadas para o resto da vida.

Com a proclamação da nova Constituição Federal, em 1988, foi determinado que a educação teria que ser tratada como um direito social que abarcasse todo o cidadão brasileiro. No artigo 208 é previsto “O atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Reforçando esse artigo a LDB nº 9394/96 trouxe um capítulo voltado para a educação especial em seu artigo 58, colocando que a Educação Especial é uma modalidade voltada aos estudantes que possuem algum tipo de necessidade educativa especial devendo ser ofertado preferencialmente nas escolas regulares e se for necessário os serviços especializados agirão em concomitância com a escola regular em que o aluno estiver matriculado.

Nela, aponta também a importância da qualificação e mudança de atitude do educador, sendo necessário o oferecimento de suportes técnicos para que essa clientela seja realmente alcançada. No ano de 1990 teve o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, com a Lei 8.069, trazendo a questão do amparo e proteção dos direitos da criança e do adolescente atingindo até os deficientes dessa faixa etária.

No âmbito educacional o tema da inclusão tem trazido inúmeras discussões sobre o viés de ensinar e aprender. Na Conferência Mundial sobre a questão da educação para todos surgiu uma nova proposta acerca da educação inclusiva, que aconteceu em Jomtien, na Tailândia, onde visava resguardar e garantir a democratização da educação, onde a escola deveria atender todas as diversidades existentes.

Com a assinatura na Espanha, entre os dias 07 e 10 de junho de 1994, da Declaração de Salamanca, esse processo de inclusão teve o seu fortalecimento, reforçando que o sistema pedagógico deveria ser pluralista e democrático, garantindo a permanência dos alunos nos diversos níveis de ensino, sendo respeitados e vistos como agentes ativos possuidores de uma identidade social, mostrando que essas diferenças são normais, e as escolas devem se adaptar, atendendo dessa forma



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL: ENTRE RANÇOS E AVANÇOS
Hanny Angélica Juliana de Melo, Débora Araújo Leal

a todas as necessidades de aprendizagem, trazendo a premissa de que é a escola que deve se adaptar ao aluno e não o contrário.

O Programa Nacional de Educação é uma diretriz abrangente, ajudando a todos os dirigentes e profissionais de ensino em todo o país a saberem como proceder, tendo como interesse principal a melhoria na qualidade da aprendizagem pública e, claro, a inclusão de forma nenhuma deve ser deixada de lado. O Programa tem uma área voltada justamente para a educação inclusiva, trazendo abordagens que vão desde o estímulo precoce a crianças com deficiência para melhor integração ao ambiente escolar, buscando também a ampliação de centros para aqueles que tem dificuldade severa de desenvolvimento.

Existe a Lei nº 10.098/00 que foi sancionada com o objetivo de dizer quais ações devem ser usadas com o intuito de fornecer a acessibilidade de pessoas com deficiência a todos os lugares. Podendo com isso ser aplicado diretamente no conceito de educação, pois para a garantia de integração total se faz necessário esses recursos. Existem obrigações em relação ao uso de mobiliários, banheiros de uso público e elevadores, tornando acessível aos deficientes.

A Resolução nº 2/01 – CEB/CNE traz como objetivo instituir as principais diretrizes que devem ser seguidas pela educação inclusiva no ciclo básico. Ela possui validade nacional e cria sistemas de ensino que sejam integradores e funcionais. Tem grande importância porque ajuda a basear outras políticas, como o plano de educação. No Art. 7º determina que, a menos que seja necessário, os alunos com deficiência precisam ser atendidos em consonância com as classes comuns do ensino regular, erradicando assim a discriminação e estimulando os profissionais da área da educação a se qualificarem.

O Plano Nacional de Direitos Humanos tem como objetivo o favorecimento da continuidade da aprendizagem a fim de combater a evasão escolar por parte das pessoas com deficiência, os Ministérios da Justiça e da Educação e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos elaboraram em consonância o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, a ideia é criar ações acerca dos direitos humanos no ciclo básico, contribuindo assim para a melhor integração das pessoas que precisam de ensino especial. Viabilizando ações afirmativas, objetivando oferecer recursos para que o ambiente seja verdadeiramente inclusivo.

Para que a educação inclusiva realmente exista de forma plena, deve acontecer uma reformulação de antigos paradigmas, de conceitos e práticas pedagógicas, onde os professores devem ser qualificados e preparados para receberem esses alunos não os excluindo, fazendo assim com que nasça a tão sonhada e verdadeira educação para todos, reconhecendo os principais aspectos e agindo de maneira a criar espaços progressivamente inclusivos, devem ser cobradas políticas públicas de qualidade, fazendo com que as ações sejam mesmo efetivadas, mudando toda uma história de educação excludente.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL: ENTRE RANÇOS E AVANÇOS
Hanny Angélica Juliana de Melo, Débora Araújo Leal

3 MÉTODO

O presente artigo tem como objetivo trazer a Educação Inclusiva fundamentada no princípio de que todo o ser humano tem o direito a estudar em uma escola regular, sendo respeitado em sua diversidade, onde com uma mudança de postura e atitudes se faça presente a aceitação às diferenças. Na metodologia lançamos mão da pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, documental e estudo de caso. Os autores que contribuíram para a realização desse trabalho foram: Mello (2007); Bereohff (1993); Fuster (1997); Silva (1998); Ferreira (1993) e Sasaki (1995).

Nesse sentido, a abordagem qualitativa refere-se com o que se tem de forma bem específica para pesquisar nas práticas educativas do docente. Adotando como base os teóricos supracitados, esta pesquisa optou por seguir a abordagem qualitativa por ser ela a que se adequa com mais precisão para o trabalho de pesquisa educacional. A pesquisa científica segundo Silveira e Córdova (2009) é definida como:

A atividade nuclear da Ciência. Ela possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar. A pesquisa é um processo permanente inacabado. Processa-se por meio de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo-nos subsídios para uma intervenção no real (Silveira; Córdova, 2009, p. 31).

Em outras palavras, as autoras afirmam que a pesquisa não é algo que se esgota, estar sempre em movimentação trazendo novas contribuições para pesquisas futuras, o que permite uma maior intervenção com a realidade.

Para Marconi e Lakatos (2003, p. 80), “Ciências é uma sistematização de conhecimento”, uma “ciência é todo um conjunto de atitudes e atividades”. Pode-se afirmar que a ciência visa chegar à autenticidade do caso investigado. A metodologia qualitativa permite ao pesquisador e ao sujeito pesquisado terem uma atitude assertiva no que se refere ao ambiente vivido no dia a dia.

Considerando que a entrevista é uma conversa entre duas pessoas ou grupo de pessoas, na pesquisa científica, a entrevista é uma técnica usada para coletar dados na pesquisa qualitativa e contribui no esclarecimento de determinados pontos não evidenciados na observação, fornecendo dados que vão apontar as informações encontradas.

No que se refere a entrevista Gil diz que:

Definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. [...] é uma forma de interação social. [...] é um diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (Gil, 2008, p. 109).

A pesquisa bibliográfica pressupõe leituras, interpretações e análises dos escritos sobre a temática tais como: artigos, dissertações, anais, colocando o pesquisador com esses materiais os quais serão o suporte para o desenrolar da investigação.

Conforme o exposto, a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador compreender com mais propriedade sobre o tema a ser pesquisado. Isso possibilita uma fundamentação teórica com um



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL: ENTRE RANÇOS E AVANÇOS
Hanny Angélica Juliana de Melo, Débora Araújo Leal

enfoque renovado, permitindo dessa forma uma roupagem nova das futuras conclusões acerca do tema. No próximo item serão descritos os procedimentos de análises de dados usados no desenvolvimento do processo de investigação.

O sistema educacional brasileiro vem passando por várias mudanças ao longo dos anos e paulatinamente modificando-se para receber as diferenças. A educação desempenha um papel importante na formação do indivíduo independente de sua particularidades.

Nesta perspectiva, a gestão e comunidades escolares necessitam entender que o Projeto Político Pedagógico tem uma grande importância para unidade de ensino. Sendo assim, não pode ser considerado como um documento só para cumprir exigências do sistema de ensino, mas deve ser pensado para atender às necessidades de toda a comunidade escolar.

Diante das discussões sobre a questão da inclusão de pessoas com deficiência na educação e sociedade, surge a importância de refletirmos melhor sobre dois conceitos: integração e normalização. Integração é uma ideia que surgiu da luta para superar a condição de exclusão social a que foram submetidas as pessoas deficientes durante muitos séculos. A exclusão se dava no sentido mais amplo e total, sendo que as pessoas que portassem qualquer tipo de deficiência eram permanentemente excluídas da sociedade e obrigadas a se adaptar o que era proporcionado, e criado para sociedade comum.

Portanto, é interessante notar que o projeto posiciona a importância de políticas públicas sala de aula e na sociedade e assim é elaborado um projeto no qual a escola e a sociedade sejam um ambiente de inclusão e socialização.

4 RESULTADOS

As pessoas com deficiência devem ter como direito o acesso as escolas regulares, não sofrendo discriminações, tendo programas e sistemas que abranjam essas características favorecendo assim o desenvolvimento educacional do aluno. A educação inclusiva deve ser tratada pelo governo como uma das prioridades políticas e financeiras para que os esforços sejam capazes de mudar a nossa triste realidade. Em países que não possuem muitas ou até mesmo nenhuma escola de educação inclusiva, é necessário que todos se esforcem para transformar essa situação, oferecendo, por exemplo, bolsas de estudo.

A comunidade internacional se compromete a realizar acordos de participação e colaboração e estimular o envolvimento com políticas desse tipo. A mobilização deve acontecer, principalmente em países subdesenvolvidos, que ainda não tem muita consciência acerca do assunto. Com a ajuda de outros países, se torna mais fácil reproduzem efeitos consistentes e que sejam ligados com o interesse na criação de ambientes seguros de aprendizagem onde todos possam participarem.

Neste sentido, foi criada uma Estrutura de Ação com a finalidade de facilitar o caminho até se chegar aos resultados. Essa Estrutura coloca que todas as pessoas com deficiência devem e podem expressar seus desejos em relação à própria aprendizagem e as escolas devem se encontrar preparadas para acomodá-las. A ação tem por objetivo compreender as diferenças entre alunos como



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL: ENTRE RANÇOS E AVANÇOS
Hanny Angélica Juliana de Melo, Débora Araújo Leal

desejáveis e naturais e os passos principais para a execução são: Uso adequado de recursos necessários; Capacitação de educadores; Apoio externo, inclusive da comunidade; Política e planejamento; Adaptação dos modelos de escola (Brasil, 2006).

Deixando a liberdade para que cada país crie o plano que melhor se enquadre à sua realidade, favorecendo assim os efeitos que são almejados. Ainda existem obstáculos para que algo tão importante, como é a educação inclusiva, aconteça, e esses obstáculos devem ser derrubados se fazendo necessário primeiramente conhecer esses obstáculos, salientando que dentre os mais importantes está a baixa qualificação dos profissionais.

Uma triste realidade para comprovar a falta de qualificação é analisar quantos educadores conhecem a língua brasileira de sinais (LIBRAS), pois existe 1 milhão de crianças e jovens surdos no Brasil, e isso acaba se refletindo em relação às crianças com baixa mobilidade ou com dificuldade cognitivas, aí surge a pergunta: Como criar um ambiente inclusivo quando o próprio professor não tem condições de atender esses alunos por falta de preparação?

Outro obstáculo ao qual nos deparamos é referente à parte física, pois a falta de acessibilidade nos prédios e arredores, calçadas mal planejadas, falta de elevadores e rampas e banheiros públicos sem acessibilidade são apenas alguns exemplos que os deficientes se deparam diariamente. Como dificultam a ida do aluno para a escola, devido essas dificuldades encontradas no caminho, eles acabam por evadir da escola. Essa questão não é ligada apenas à escola pública, muitas escolas particulares infelizmente nem consideram a possibilidade de terem alunos com deficiência.

Como cada indivíduo traz consigo a sua particularidade e característica, seria necessário criar um método flexível e capaz de considerar todas essas questões, mas infelizmente o que encontramos dentro das instituições educacionais são metodologias rígidas, prejudicando ainda mais quem tem deficiência. As avaliações são um exemplo disso, pois não visam atingir as necessidades dos educandos.

Deve ser criadas programações variadas, utilizando técnicas pedagógicas específicas e possibilitar a integralização do currículo dos alunos, ou seja, um dos obstáculos é a adaptação às necessidades, garantindo uma consolidação adequada do conhecimento. Outro obstáculo existente é a falta ou a escassez de recursos específicos. Diversas instituições não dispõem de salas multimídias, de espaços de integração, dificultando assim determinadas ações, comprometendo dessa forma o processo de aprendizagem.

5 CONSIDERAÇÕES

Durante o decorrer de nossa triste trajetória histórica, surgiram vários estereótipos, nomenclaturas e estigmas para se referirem às pessoas com deficiência. Em nossa literatura ainda existem esses conceitos equivocados, as intitulando de débeis mentais, deformadas e idiotas.

Até mesmo dentro do nosso dicionário, há estigmas trazendo o conceito deficiência de forma limitadora, enfatizando um certo preconceito, pois do latim *deficientia* significa falta, falha, carência,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL: ENTRE RANÇOS E AVANÇOS
Hanny Angélica Juliana de Melo, Débora Araújo Leal

imperfeição, defeito”, já o termo deficiente, do latim *deficiente* como falto, falho, carente, incompleto e imperfeito”.

Mudar uma realidade que já vem entranhada há muito tempo é difícil, quebrar velhas algemas que acontecem de maneira decorrente desde nossos primórdios não acontece do dia para a noite, mas não é algo impossível e com o esforço das famílias e amigos que convivem com deficientes esses conceitos estão se modificando, hoje é errado dizer que alguém é portador de algum tipo de deficiência, já que a deficiência não é algo que possamos carregar, e sim algo que faz parte da identidade do ser.

Uma grande conquista que proporcionou o fortalecimento acerca da inclusão foi a Declaração de Salamanca, que aconteceu entre os dias 07 e 10 de junho de 1994, onde se quebrou antigos paradigmas, fazendo dessa forma nascer uma educação mais consciente, equitativa e global, atingindo o ser em seu contexto integral, sendo respeitado como um indivíduo com desejos, metas e objetivos.

Os sistemas de ensino estão tendo que vestir uma nova roupagem, mudando dessa forma sua visão de mundo, pois a inclusão exige seres humanos com mais criticidade, envolvidos de forma efetiva na educação sendo seres mais humanos e os professores mais dinâmicos e criativos.

O Brasil precisa acompanhar a realidade de outros países que já desenvolvem a inclusão, pois estes já tiveram várias conquistas e diversos avanços. E isso não é algo utópico, basta que os profissionais da área da educação se qualifiquem não tendo medo de inovar, pois este deverá se munir de vários recursos para atingir de forma efetiva cada aluno, se fazendo essencial a construção de um programa individualizado. O olhar do professor para seus alunos não deve ser de forma homogênea, pois até os alunos que não possuem deficiência também tem ritmos variados em seu aprendizado, não é mais aceito que o professor se encontre no patamar central da educação, onde ele ensina e o aluno só recebe como meros receptores.

Nosso grande estudioso Piaget afirmou que o desenvolvimento provoca a aprendizagem e determina a existência de etapas do desenvolvimento e que em todas as etapas há uma mudança de estrutura do pensamento, comprova que qualquer pessoa é capaz de aprender. Sua discípula Inhelder comprovou essa teoria quando realizou sua pesquisa com 150 pessoas com deficiência mental e observou que eles aprendiam como as demais pessoas, que seguiam as mesmas etapas de desenvolvimento, só não alcançavam a última que era a do pensamento formal. (Retirado da apostila da EAD/FESP RJ – Educação Especial).

Já Vygotsky nos mostrou a importância da interação com o meio, proporcionando assim o desenvolvimento da aprendizagem, pois o que ela não consegue aprender sozinha ela conseguirá com a intervenção de outras pessoas, trazendo de forma mais fortalecida a importância da escola inclusiva, a fim de auxiliar no desenvolvimento das pessoas que tenham alguma deficiência, pois através do contato com outras crianças, estas terão uma maior motivação, desenvolvendo assim diversas aptidões que se encontram adormecidas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Constituição, 1988.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL: ENTRE RANÇOS E AVANÇOS
 Hanny Angélica Juliana de Melo, Débora Araújo Leal

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.** Brasília: ECA, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica - Resolução nº 02 de 11 de setembro de 2001.** Brasília: Ministério da Educação, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília: SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Justiça. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Normas e recomendações internacionais sobre deficiência.** Brasília: Corde, 1997.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão:** recomendações para a construção de escolas inclusivas. [2. ed.] Coordenação Geral SEESP/MEC. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

FERREIRA, Júlio Romero. **A exclusão da diferença:** a educação do portador de deficiência. Piracicaba: Unimep, 1993.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEONTIEV, Aléxis. **O Desenvolvimento do Psiquismo.** Tradução: Manuel Dias Duarte. Lisboa: Ed. Horizonte, 1978.

MARINHO, Clara. deficiência é diferente de doença. (1 vídeo). clarinhamaroficial.youtube.com, 21 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Cu4sUor-3eY>. Acesso em abr. 2022.

PESSOTTI, Isaías. **Deficiência Mental:** da superstição às ciências. São Paulo: Edusp, 1994.

SASSAKI, Romeu. **Atitudes Inclusivas fundamentais em Educação.** [S. l.: s. n.], 1998.

SASSAKI, Romeu. **Inclusão:** Construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro. WVA, 2010.

SÊNECA, Apud Silva. **Pessoa com Deficiência aspectos teóricos e práticos Organizador.** [S. l.: s. n.], 1986.

SILVA, Otto Marques da. **A epopeia ignorada:** a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e hoje. São Paulo: Dedas, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** Uma Introdução às Teorias de Currículo. 3. ed. São Paulo: Editora Autêntica, 2010.

TABORDA, Lidia Araceli Grilo; CASAGRANDE, Ana Lara. Habilitação Educação Especial do Projeto Magister **Revista do curso de Pedagogia séries iniciais**, v. 2, p. 48-52, jan./fev. 2000.